



1

2 **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com**
3 **Deficiência de Criciúma – CODEC**

4 **16/07/2025**

5 **Ata nº 06/2025**

6 Ao décimo sexto dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, deu-se início à reunião
7 ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CODEC, de forma
8 presencial com a presença dos seguintes conselheiros (as): Andrey Manoel Dos Santos
9 (Secretaria Municipal de Saúde); Elaine Marques dos Santos (Secretaria Municipal de
10 Educação); Maria Aparecida Floriano Panato (Fundação Cultural de Criciúma – FCC); Luiz
11 Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esporte de Criciúma - FME); Paulo André de Lima
12 Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito); Max Dagostim De Mello (Coordenadoria Regional
13 de Educação – CRE); Maria Elizabeth Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional De Emprego);
14 Guilherme Vicente de Souza (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana);
15 Helenita Regina de Castro Cipriano (Associação dos Deficientes Físicos de Criciúma –
16 JUDECRI); Graziela Torquato (Associação dos Pais e Amigos Autistas - AMA-REC/SC);
17 Alessandro Marques (APAE e Diomicio Freitas); Aires Mondardo (Universidade do Extremo
18 Sul Catarinense – UNESC); Marcionei Fernandes (Sindicato dos Servidores Públicos e
19 Municipais – SISERP); Leandro Fenilli Felisberto (Ordem dos Advogados – OAB).
20 Convidados(as): Ediezer Andrade, Ana Carolina Mendes (CriciúmaPrev), Darci Filho
21 (CriciúmaPrev); Laura C. Luciano (Superintendente do RH). O Presidente Andrey Manoel dos
22 Santos (Secretaria Municipal de Saúde) deu início à reunião informando sobre o envio da
23 resposta ao Ministério Público, conforme deliberação anterior, ainda sem retorno. Também
24 mencionou a viagem de conselheiras a Florianópolis para participação em evento estadual, com
25 prestação de contas já aprovada. As conselheiras Helenita Regina de Castro Cipriano
26 (Associação dos Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI) e Maria Elizabeth Ghedin
27 Pizzollo (Sistema Nacional De Emprego) relataram que o evento teve pouca representatividade
28 e conteúdos já superados pelo Conselho de Criciúma, mas destacaram a importância da
29 participação e sugeriram a realização de fóruns estaduais itinerantes. A conselheira Maria
30 Elizabeth apontou ainda a necessidade de retomar o “Dia D” no município, em parceria com
31 instituições locais. Foi amplamente debatida a inclusão da pessoa com deficiência no mercado
32 de trabalho. Alguns conselheiros relataram que muitas empresas cumprem apenas formalmente
33 as cotas, sem garantir acessibilidade e integração. A conselheira Maria Elizabeth questionou a
34 efetividade das feiras de empregabilidade no município, destacando a falta de vagas reais. O
35 convidado Ediezer Andrade comentou sobre o desinteresse de parte da população local em
36 aceitar empregos com baixos salários, o que tem levado à contratação de pessoas de outros
37 estados e países. O conselheiro Leandro Fenilli Felisberto (Ordem dos Advogados – OAB)
38 apontou a escassez de mão de obra técnica qualificada e sugeriu maior investimento em
39 capacitação. Informou que foi convidado para ministrar palestra sobre inclusão de PCDs em
40 empresas, com foco na humanização e equidade no ambiente de trabalho. Durante os debates, o
41 convidado Ediezer compartilhou uma experiência pessoal relacionada à inclusão educacional,
42 relatando sentimentos de isolamento e constrangimento vivenciados durante sua trajetória



43 escolar por ter acompanhamento de um segundo professor. Destacou a importância de que o
44 processo de inclusão, tanto na escola quanto no mercado de trabalho, seja conduzido com
45 sensibilidade, a fim de evitar que a pessoa com deficiência seja estigmatizada como "doente" ou
46 tratada de forma segregada. O Presidente ressaltou que as barreiras enfrentadas pelas pessoas
47 com deficiência são históricas e culturais, sendo fundamental promover mudanças estruturais na
48 educação, com foco no respeito e na convivência desde a infância. Reconheceu, no entanto, que
49 algumas resistências são difíceis de superar, especialmente no setor empresarial. O conselheiro
50 Max Dagostim De Mello (Coordenadoria Regional de Educação – CRE) observou que, nas
51 empresas, a inclusão costuma ocorrer de forma informal e sem orientação adequada, sendo
52 muitas vezes apenas para cumprimento legal. Destacou que, embora a presença de pessoas com
53 deficiência no mercado de trabalho já represente um avanço, ainda há um longo caminho a
54 percorrer. A Vice-Presidente Helenita complementou que a legislação é essencial justamente
55 para garantir esses primeiros passos. Na sequência, discutiu-se a falta de alinhamento entre a
56 oferta de cursos técnicos e a demanda real do mercado. Foi apontado que, apesar de existirem
57 oportunidades de formação, muitos jovens não se interessam ou os cursos não atendem às
58 necessidades locais. O conselheiro Leandro sugeriu a realização de estudos de mercado na
59 região da AMREC, com apoio das grandes empresas, para identificar os déficits de mão de obra
60 e direcionar a criação de cursos técnicos adequados. O conselheiro Luiz Paulo dos Santos
61 (Fundação Municipal de Esporte de Criciúma - FME) mencionou a iniciativa da empresa
62 Librelato, que vem promovendo formação de jovens de 15 a 17 anos por meio do programa
63 Jovem Aprendiz, oferecendo oportunidades de estudo e preparação para o mercado de trabalho.
64 Foi levantada a necessidade de avaliar se instituições locais, como o Bairro da Juventude, o
65 CEDUP e a SATC, estão oferecendo turmas com acessibilidade e se há divulgação dessas
66 oportunidades nas redes públicas de ensino para estudantes com deficiência. Também foi
67 mencionada a atuação do Instituto Diomísio de Freitas, que realiza formação específica para
68 pessoas com deficiência ingressarem no mercado de trabalho, com turmas ativas e vagas
69 disponíveis. O conselheiro Aires Mondardo (Universidade do Extremo Sul Catarinense –
70 UNESC) trouxe à reflexão que o processo de inclusão deve começar dentro dos próprios lares,
71 pois muitas residências não estão preparadas para situações de deficiência adquirida. Defendeu
72 que o Conselho atue também com campanhas de conscientização voltadas à sociedade em geral,
73 destacando o papel do Presidente na articulação com o poder público e na proposição de ações
74 nesse sentido. A Vice-Presidente Helenita complementou que a população em geral não se dá
75 conta de que qualquer pessoa pode, a qualquer momento, vir a se tornar uma pessoa com
76 deficiência, seja por acidente ou doença. Ao final da discussão, Aires apontou que a presença de
77 intérpretes de Libras, embora importante, não configura inclusão plena, uma vez que a
78 comunicação ainda se dá por meio de mediação. A Vice-Presidente Helenita ressaltou a
79 dificuldade e a importância do aprendizado de Libras, reforçando que seu ensino deveria ser
80 inserido nas escolas desde os anos iniciais, priorizando a formação para a convivência com a
81 diversidade. O Presidente concluiu que, considerando a presença de pessoas com deficiência em
82 todos os ambientes — escolares, profissionais e públicos —, o ensino de Libras devia ser
83 valorizado tanto quanto o de línguas estrangeiras, sendo essencial para a comunicação com o
84 cidadão. Dando continuidade à reunião, passou-se à pauta principal do encontro, referente às
85 Tratativas junto ao CriciúmaPrev e à Gerência de Atos e Assuntos Legislativos – GAAL (RH), e
86 seus devidos representantes. O Presidente registrou a presença da equipe do CriciúmaPrev,
87 representada pelo Sr. Darci Filho e pela advogada Dra. Ana Carolina Mendes, bem como da Sra.



88 Laura Luciano, Superintendente de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Criciúma, e
89 representante da Diretoria de Atos Oficiais e Gestão de Pessoas. Destacou que o tema já havia
90 sido discutido em reuniões anteriores e que foram encaminhados documentos ao CriciúmaPrev
91 e ao RH, todos devidamente aprovados pelo Conselho. Reforçou a importância de ouvir os
92 representantes presentes sobre os procedimentos e registros relacionados a servidores com
93 deficiência. O Sr. Darci esclareceu que, no CriciúmaPrev, os dados podem ser eventualmente
94 levantados durante o censo, em junho de 2026, ou na prova de vida, embora este último tenha
95 finalidade restrita à comprovação de existência. A Dra. Ana complementou que o censo seria a
96 melhor oportunidade para tal levantamento, uma vez que é realizado a cada cinco anos e
97 contempla servidores ativos e inativos. Informou que a próxima prova de vida está programada
98 para o período de 20 de novembro a 20 de dezembro, sendo atualmente semipresencial, com
99 opção de realização presencial ou por meio de aplicativo. A Vice-Presidente Helenita questionou
100 sobre a possibilidade de inserir uma pergunta opcional na prova de vida sobre a condição de
101 deficiência, observando que nem todo aposentado por invalidez é uma pessoa com deficiência.
102 O Sr. Darci considerou viável a inclusão de um campo para autodeclaração na prova de vida
103 presencial, sem obrigatoriedade de documentação comprobatória, desde que respeitado o
104 objetivo legal da prova de vida. Foi acrescentado que, apesar da ideia ser positiva, há
105 dificuldades técnicas e jurídicas para implementar tais registros no sistema do RH, uma vez que
106 a autodeclaração sem laudo médico não pode ser validada oficialmente, sob pena de gerar
107 direitos futuros sem comprovação adequada. A Sra. Laura reforçou que, para que a condição de
108 PCD seja registrada no sistema de Recursos Humanos, é necessário laudo circunstanciado
109 validado por junta médica, e que o sistema atual não possui campo específico para esse tipo de
110 registro. O Presidente ponderou que o objetivo do CODEC não é necessariamente gerar
111 benefícios legais, mas levantar informações confiáveis que possam subsidiar políticas públicas
112 voltadas às pessoas com deficiência. Nesse sentido, propôs que o Conselho elabore um
113 formulário eletrônico (Google Forms) com perguntas simples e objetivas, a ser encaminhado às
114 secretarias municipais, visando identificar servidores com deficiência de maneira preliminar e
115 voluntária. O conselheiro Leandro apoiou a proposta, destacando que uma pesquisa desse tipo
116 poderia fornecer uma média útil e orientar ações futuras. A Vice-Presidente Helenita havia
117 sugerido que o levantamento fosse feito por secretaria, e posteriormente os dados sejam
118 consolidados pelo RH. O Presidente destacou que, embora o formulário não tenha valor oficial,
119 ele pode ser útil para fins de planejamento interno e ações do CODEC, desde que aprovado
120 previamente pela Administração. A Dra. Ana sugeriu que abordagem semelhante poderia ser
121 realizada com os aposentados vinculados ao CriciúmaPrev, ressaltando que o censo obrigatório
122 do próximo ano abrangerá também esse público. **Ao final das discussões, definiram-se os**
123 **seguintes encaminhamentos: Com relação ao CriciúmaPrev,** aguardar definição sobre
124 possível alteração no modelo da prova de vida, nos moldes do INSS. Enquanto isso, ficou
125 acordado que, no censo previsto para o próximo ano, será incluído campo informativo sobre a
126 condição de deficiência. **Com relação ao RH,** o CODEC elaborará um formulário eletrônico,
127 que será submetido à análise da Administração Municipal. Após aprovação, o formulário será
128 divulgado como uma pesquisa oficial do Conselho, com o objetivo de levantar dados
129 informativos junto aos servidores ativos. **Considerar também a realização de formulário**
130 **semelhante junto aos inativos,** respeitando a viabilidade técnica e operacional do
131 CriciúmaPrev. Registrar que os dados levantados tanto via formulário quanto por meio do censo
132 terão caráter informativo, não gerando, por si, efeitos legais ou direitos adquiridos, sendo que



qualquer solicitação de benefício por motivo de deficiência deverá ser instruída com laudo circunstanciado e avaliação por junta médica. O Presidente agradeceu a presença e contribuição dos representantes do CriciúmaPrev e do RH, enfatizando a importância do diálogo para o fortalecimento das ações do CODEC e reafirmando o compromisso do Conselho com a construção de políticas públicas inclusivas e fundamentadas em dados reais. Dando prosseguimento à reunião, o Presidente retomou a palavra para abordar a participação da ACAFE convidada a participar da reunião do Conselho na pauta referente ao Censo Estadual das Pessoas com Deficiência. O conselheiro Aires, representando a ACAFE, informou que a UNESCO recebeu um ofício encaminhado pelo Presidente Andrey, solicitando presença na reunião para tratar do referido censo. Explicou que se trata de um levantamento voltado inicialmente às pessoas com autismo, e que está sendo implantado pelas instituições do sistema ACAFE em atendimento a uma demanda da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). Destacou que, no momento, ainda não há dados consolidados, em razão da fase inicial de execução, e que o processo depende de autodeclaração voluntária por parte dos alunos. Acrescentou que, assim que os primeiros resultados estiverem disponíveis, será solicitada pauta junto ao CODEC para apresentação formal dos dados. A ACAFE se colocou à disposição para dialogar com o Conselho e contribuir com o processo de mapeamento e formulação de políticas públicas. A Vice-Presidente Helenita pediu a palavra e registrou que não se sentiu convencida pelas explicações dadas anteriormente pelo RH e pelo CriciúmaPrev sobre a impossibilidade de identificação dos servidores com deficiência nos sistemas atuais. Ressaltou que, diante do nível de informatização dos órgãos, é inaceitável que esses dados não estejam devidamente registrados, sobretudo considerando que muitos servidores ingressaram por meio de cotas. Apontou que isso representa uma falha estrutural, que prejudica o exercício de direitos específicos por parte das pessoas com deficiência. **O conselheiro Leandro concordou com a manifestação e sugeriu que o CODEC formule um ofício à Câmara de Vereadores, solicitando a revisão da forma como são estruturados os registros de admissão de servidores com deficiência, de modo a garantir que os dados sejam armazenados e gerenciados corretamente. mencionou que essa lacuna tem origem técnica, mas também exige decisões administrativas e políticas, especialmente quanto à inclusão de campos nos sistemas de RH.** Outros conselheiros, como Alessandro Marques (APAE e Diomicio Freitas), Paulo André de Lima Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito) e Maria Elizabeth, também se manifestaram **sobre a necessidade de um controle paralelo ou alternativo, reforçando que o atual sistema não permite identificar de forma clara os servidores com deficiência, mesmo quando há apresentação de laudo médico no momento da posse.** A Vice-Presidente Helenita enfatizou que a deficiência é, na maioria dos casos, permanente, e que a exigência de revalidação de laudos é excessiva e injustificada, sobretudo quando há documentação médica válida e completa. Ressaltou que a ausência de registro adequado impede o acesso a direitos como remoção por proximidade, adaptações no ambiente de trabalho e outras medidas previstas em lei. O Presidente reconheceu que a necessidade de revalidação foi um ponto novo e surpreendente para o Conselho, e reforçou que o objetivo do CODEC é justamente garantir o respeito aos direitos das pessoas com deficiência, com base em dados consistentes e registros adequados. Na sequência, o conselheiro Leandro comunicou que, em razão do Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro), está organizando um **evento no Parque Centenário, com apoio da OAB de Criciúma.** O evento contará com a presença de instituições que atuam com pessoas com deficiência, cada uma apresentando seus projetos e



178 serviços em barracas, com o objetivo de promover visibilidade, integração e informação à
179 sociedade. Destacou que já estão confirmadas atividades como circuitos de psicomotricidade
180 com o professor Felipe do CEPIM; demonstrações de esportes adaptados, como skate, surf e jiu-
181 jitsu, promovidos pela ABBA Church; exposição de obras do artista autista Mike, representando
182 a AFA; além da presença de profissionais como fonoaudiólogos para demonstrações de
183 Comunicação Alternativa. Leandro reforçou que o intuito é mostrar que a deficiência não anula
184 capacidades, mas pode direcionar talentos para outras formas de expressão e atuação, e que o
185 evento buscará envolver tanto famílias atípicas quanto típicas. Informou ainda que a OAB já
186 viabilizou brinquedos para crianças, visando atrair o público e proporcionar um ambiente
187 inclusivo e acolhedor. Por fim, pediu a participação das instituições no evento e a presença de
188 todos. O Presidente agradeceu a contribuição dos conselheiros e das entidades presentes, e
189 reiterou que o CODEC seguirá tratando do levantamento de dados gerais da cidade sobre
190 pessoas com deficiência, reconhecendo a complexidade do tema e a necessidade de
191 amadurecimento técnico e político para sua efetiva implementação. Solicitou ainda que os
192 conselheiros assinassem o livro de presença e verificassem a ata da reunião anterior, antes do
193 encerramento da presente sessão. Encerrando os assuntos a serem tratados, o Presidente
194 agradeceu a participação dos conselheiros e sem nada mais a tratar, finalizou a reunião. E eu,
195 Giovana Mendes Beloli lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos
196 os presentes.

197 Andrey Manoel Dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde);
198 Elaine Marques dos Santos (Secretaria Municipal de Educação);
199 Maria Aparecida Floriano Panato (Fundação Cultural de Criciúma – FCC);
200 Luiz Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esporte de Criciúma - FME);
201 Paulo André de Lima Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito);
202 Max Dagostim De Mello (Coordenadoria Regional de Educação – CRE);
203 Maria Elizabeth Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional De Emprego);
204 Guilherme Vicente de Souza (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana);
205 Helenita Regina de Castro Cipriano (Associação dos Deficientes Físicos de Criciúma –
206 JUDECRI);
207 Graziela Torquato (Associação dos Pais e Amigos Autistas - AMA-REC/SC);
208 Alessandro Marques (APAE e Diomicio Freitas);
209 Aires Mondardo (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);
210 Marcionei Fernandes (Sindicato dos Servidores Públicos e Municipais – SISERP);
211 Leandro Fenilli Felisberto (Ordem dos Advogados – OAB);